

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de
Orçamento e Finanças
Deputado Filipe Neto Brandão

S. Bento, 5 de junho de 2023

Assunto: Audição, com carácter de urgência, do Ministro da Finanças e do Secretário de Estado das Finanças, sobre a suspensão de emissão de certificados de aforro da série E

De acordo com o Banco de Portugal, em março deste ano, as taxas de juro dos novos depósitos a prazo estavam em 0,9% em Portugal - segundo país da europa com juros mais baixos nos depósitos bancários, longe dos 2,77% que já oferecia França, o país que lidera esta tabela.

Temos, portanto, uma banca que lucra dez milhões de euros por dia, que cobra juros às pessoas que pagam crédito à habitação, com taxas de juros varáveis a subirem de mês para mês, mas que não quer remunerar a poupança dessas mesmas pessoas.

Estes dados ajudam a explicar a fuga dos depósitos bancários. Os bancos já perderam mais de 7,6 mil milhões de euros em depósitos desde o início do ano. Segundo o Banco de Portugal, só em março, as famílias retiraram 3 mil milhões dos bancos. No mesmo mês, os Certificados de Aforro, com juros de 3,5%, registaram a entrada de mais de 3.500 milhões de euros.

Na passada sexta-feira, dia 2 de junho o governo decidiu terminar as subscrições da Série E dos Certificados de Aforro, cuja taxa de juro estava fixada em 3,5%, avançando com uma nova Série F em que "a taxa base não poderá ser superior a 2,5%".

O governo defende a racionalidade do fim da comercialização da série E dos Certificados de Aforro e a criação da nova série F, rejeitando qualquer pressão da banca, mas o que é certo é que esta medida foi tomada após declarações públicas do presidente do Conselho de Administração do Banco dos CTT, João Moreira Rato, defendendo que o Governo

deveria "interromper a emissão de Certificados de Aforro". Esta medida contraria ainda os objetivos de aumento da poupança e de proteção da dívida pública das pressões dos mercados financeiros externos. Após este anúncio, o Governo revelou ainda que irá alargar a comercialização de Certificados de Aforro a outras instituições bancárias, remunerando estas por estes serviços.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição urgente do Ministro da Finanças, Fernando Medina e do Secretário de Estado das Finanças, João Nuno Mendes.

A Deputada do Bloco de Esquerda,

Mariana Mortágua